

Promotoria de Saúde vai propor ação contra Estado

Objetivo é regularizar atendimento na Maternidade N.Sra. de Lourdes

Gilmara Costa
DA EQUIPE JC

O Ministério Público de Sergipe, por intermédio da Promotoria de Justiça dos Direitos à Saúde, cuja titularidade é da promotora Euzá Missano, irá propor Ação Civil Pública contra o Estado e a Fundação Hospitalar de Saúde de Sergipe (FHS) para que seja regularizada a escala médica, o abastecimento de medicamentos, insumos e equipamentos imprescindíveis ao atendimento de pacientes na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, assim como seja feita a regulação das gestantes que procuram a unidade de alta complexidade. A propositura da ação ficou definida após audiência pública realizada ontem, 5, na sede do MP, quando então obstetras expuseram as dificuldades de trabalho e representantes da FHS apontaram as dificuldades na contratação de profissionais para atuar na Lourdinha e assim, regularizar a escala.

No último domingo, 4, a maternidade fechou as portas por conta da superlotação causada pela não regulação classificatória do risco das gestantes. “A interdição ética se mantém, porém os profissionais continuam trabalhando e não temos como evitar isso, pois a população não pode esperar. No último domingo, tinham 30 gestantes no centro cirúrgico e várias outras pacientes, foi então que fecharam a guarita. Apesar da interdição, o atendimento permanece o mesmo, sem qualquer classificação de risco. Na verdade, o único benefício da interdição foi a divulgação dos problemas que atingem a unidade há anos, foi a população ter conheci-



André Moreira

AUDIÊNCIA no MPE ontem de manhã decidiu pela ação após denúncias de má prestação de serviço e do fechamento da unidade neste domingo por conta de superlotação

mento da situação em que se encontra a unidade”, disse o anesthesiologista Roberto Mellara, do Conselho Regional de medicina (CRM).

Para a promotora Euzá Missano, a ACP se faz necessária tendo em vista a situação frequente de superlotação e falta de medicamentos essenciais à prestação de serviço de saúde da população. “Do jeito que está não pode continuar. É preciso que o Estado e a Fundação de Saúde façam a regulação da Maternidade de Nossa Senhora de Lourdes, atendendo somente as gestantes de alto risco e que a rede de maternidades do Estado seja estruturada para atender as pacientes de baixo risco”, afirmou a promotora.

De acordo com a obstetra Alcione Lordelo, a interdição ética somente alcançou resultados positivos nos primeiros dias. “E não foi consequência da regulação, mas sim da redução da demanda espontânea, pois a população deixou de ir à unidade de alta complexidade. Porém, ainda é grande o número de pacientes com risco de

baixa complexidade que buscam atendimento na unidade e, por sua escolha, ficam aguardando o atendimento médico, pois é seu direito”, destacou.

Ao afirmar que a falta de medicamentos na Lourdinha é eventual, o procurador da FHS, Carlos Diego de Freitas, também afirma que a negociação com os obstetras continua com o intuito de resolver os problemas da unidade. “Essa grande discussão teve início com a questão do fechamento da escala, para a qual estamos encontrando dificuldade, pois não encontramos médicos obstetras. Além disso, temos buscado negociar com a categoria, que rejeitou a primeira proposta que fizemos. Estamos buscando também, junto à Secretaria de Governo, melhorar a situação dos estatutários para que seja resolvida essas questões salariais. Quanto aos medicamentos, temos a informação de que o abastecimento está regularizado, sendo eventual qualquer falta”, explicou o procurador.

Para os médicos obstetras, o problema enfrentado pela maternidade vai além do reajuste salarial. “Não estamos somente querendo discutir salário, queremos sim é qualidade de trabalho. A questão salarial é secundária. Nossa finalidade não é salário e sim melhoria nas condições de trabalho”, declarou Alcione Lordelo.

Descrente que a uma nova ACP resolva a situação da MNSL, o conselheiro do CRM, Roberto Mellara, garante que a unidade somente se tornará referência quando parentes ou familiares dos gestores políticos fizerem uso do serviço. “A saúde pública, assim como a educação, somente vai ficar boa quando filhos, esposas, mãe ou pai de governadores e deputados passarem a utilizar o serviço. A FHS está falida e isso se reflete na falta de antibióticos nos hospitais. A população está desassistida em Sergipe e para reverter essa situação somente uma intervenção federal, pois o Estado não cumpre o que lhe é determinado”, apontou.